



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2012
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORREICIONADA:	1ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS
------------------------	---------------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/03/2011 a 29/02/2012
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	Desembargador Júlio César Cardoso de Brito
-------------	--

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Cristina Camelo Leão	Assistente
Marcos dos Santos Antunes	Assistente

1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	968
2	Processos remanescentes do período anterior	119
3	Processos resolvidos	900
4	Produção	83%
5	Processos pendentes de julgamento	192
6	Execuções iniciadas	365
7	Processos recebidos na fase de execução	8
8	Execuções encerradas	337
9	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas)	457
10	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas)	25
11	Execuções no arquivo provisório	26
12	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas)	41
13	Total de execuções (soma dos itens 9, 10, 11 e 12)	549
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS		
14	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	172
15	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	187
16	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	37
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS		
17	Cartas precatórias expedidas	105
18	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	113
19	Cartas precatórias pendentes de devolução	82

20	Número de processos recebidos no período anterior	878
21	Número de processos recebidos no período correicionado	968
22	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	10%
23	Número de processos na fase de execução no período anterior	489
24	Número de processos na fase de execução no período correicionado	549
25	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	12%

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 - Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	LUCIANO LOPES FORTINI
Juiz Auxiliar	QUÉSSIO CÉSAR RABELO
Juiz Substituto	-

2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
		X
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?	PA Nº 16/2007	

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo	X	X	X	X	X

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 - Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
		X

2.4.2 - Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		X

2.4.3 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	49
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	30
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	21
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	18

2.4.4 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	17
Ordinário	22

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	336
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	20
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	25

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 - Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	18
---	----

2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	2
Ordinário	2

2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	X	X
Juiz Auxiliar (se houver)	X	
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	5
---	---

2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	0
Sentença na fase executória	1
Embargos de declaração	0

2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT - 30 dias)	24
Ordinário (segundo diretriz da Administração - 60 dias)	61

2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	50%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	53%	

2.9 - Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quant. de sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
ISRAEL BRASIL ADOURIAN	03/11	143	43	0	2	5	3	0
	04/11	90	30	2	4	3	2	0
	05/11	138	39	5	2	5	6	0
	06/11	142	38	0	0	5	1	0
	07/11	103	26	2	4	9	3	1
	08/11	101	25	0	2	6	7	1
	09/11	84	33	5	1	4	8	1
	10/11	92	19	2	2	5	6	2
	11/11	45	23	2	2	3	1	1
	12/11	0	9	4	2	0	0	0
	01/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	938	286	2	2	45	37	6
SEBASTIÃO ALVES MARTINS	03/11	0	0	0	0	1	4	0
	04/11	0	0	0	0	0	1	0
	07/11	0	0	0	0	0	1	0
	TOTAIS	0	0	0	0	1	6	0
BLANCA CAROLINA MARTINS BARROS	11/11	14	1	0	0	0	0	0
	12/11	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	14	2	0	0	0	0	0
LUCIANO LOPES FORTINI	01/12	76	20	0	0	0	0	0
	02/12	200	67	1	2	0	0	1
	TOTAIS	276	87	1	1	0	0	1
QUÊSSIO CÉSAR RABELO	03/11	1	2	0	6	1	0	0
	04/11	23	3	1	0	1	0	0
	05/11	3	4	2	6	0	1	0
	06/11	0	0	0	0	0	2	0
	09/11	13	2	0	0	0	0	0
	10/11	22	4	3	1	0	1	0
	11/11	55	6	0	5	1	1	1
	12/11	91	24	5	3	2	3	0
	01/12	0	3	0	0	0	2	0
	02/12	0	1	0	1	3	0	0
	TOTAIS	208	49	1	2	8	10	1
VIRGILINA SEVERINO DOS SANTOS	03/11	0	1	0	9	0	0	0
	TOTAIS	0	1	0	9	0	0	0

2.10 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	14%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	12%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	60%

3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 - Estrutura da Secretaria****3.1.1 - Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Alessandro Carneiro	Diretor de Secretaria	Efetivo
Nívea Maria Nunes Moreira	Assistente de diretor	Efetiva
Eunis de Sousa Pimentel	-	Efetiva
Irene Aparecida dos Santos	-	Efetiva
Lucivone Alves de Moraes e Silva	Assistente 2	Efetiva
Luzmar Lobato Braga	Secretária de audiência	Cedida Municipal
Sirlene Cordeiro Martins de Oliveira	Assistente de juiz	Efetiva
Sérgio Costa Souza Filho	-	Estagiário
Bruna Karoliny Barbosa Loures	-	menor aprendiz
Wyanny de Oliveira Rodrigues	-	menor aprendiz

* Função: função comissionada ocupada pelos servidores lotados na Unidade

* * Situação: situação atual do servidor (efetivo, requisitado, estagiário, menor-aprendiz)

3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	1
Notebooks	1
Impressoras	0
Multifuncionais	0
Fax	0
Digitalizadora	0
Leitores óticos	0

3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2
Atualização de cálculos	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-

3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xicaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	Intimação do MPT da designação da audiência nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 339 do PGC)	X		
2	Remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, prevista no art. 132 do PGC	X		
3	Intimação do MPT das sentenças prolatadas e acordos homologados nas ações em que figuram como partes ou interveniente pessoa idosa ou menor (parágrafo único do art. 339 do PGC)	X		
4	Fotografia dos bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos na internet	X		EM ALGUNS PROCESSOS
5	Eliminação de autos findos (indicar no campo observações, em caso afirmativo, quando foi feita a última eliminação e qual o período envolvido)	X		PROCESSOS ARQUIVADOS EM 2005
6	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido)	X		PROCESSOS ARQUIVADOS EM 2006
7	Antes do arquivamento, a Secretaria revisa os autos com vistas à futura eliminação, verificando e certificando a ausência de pendências, como o bloqueio de valores ou de veículos, penhora, mandado de prisão, depósito judicial ou recursal, e bem assim outras ocorrências que impeçam a sua eliminação?		X	NOS PROCESSOS 814-47.2011, 1067-35.2011, 103-08.2012 E 199-23.2012, NÃO FOI UTILIZADO O CHECK LIST ELABORADO PELA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA PARA O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, COM INDICAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE PENDÊNCIAS, NÃO TENDO SIDO CUMPRIDA, AINDA, AS NORMAS DE GESTÃO DOCUMENTAL PREVISTAS NA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 81/2008, NO QUE CON CERNE À INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE GUARDA E O RESPECTIVO PRAZO.
8	No arquivamento de autos, existindo pendências, a Secretaria efetua o saneamento?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
9	Nos autos dos processos a serem arquivados definitivamente, a Secretaria desentranha e devolve os documentos referentes às partes antes da remessa dos autos ao arquivo?		X	PETICIONAMENTO ELETRÔNICO
10	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
11	Em procedimento prévio ao arquivamento, a Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)	X		
12	No arquivamento de autos, é indicado o prazo de guarda intermediária ou, se for o caso, a guarda permanente, sendo observada a tabela de temporalidade?	X		
13	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com que frequência: semanal, quinzenal e mensal)	X		SEMANALMENTE
14	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
15	Após a liquidação da sentença na qual se apura crédito superior ao depósito recursal, o Juízo ordena a sua imediata liberação em favor do credor? (Indicar no campo observações se a liberação é de ofício ou a requerimento da parte)	X		DE OFÍCIO

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
16	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo expede certidão de crédito ao credor?		X	
17	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
18	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 186 do PGC?	X		
19	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
20	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 195 do PGC?	X		
21	Os registros de cargas dos processos ao Juiz e aos Advogados e Peritos são feitos em meio eletrônico, utilizando o módulo de cargas do SAJ, conforme art. 49 do PGC?	X		
22	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 164 e 171 do PGC	X		
23	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução?	X		EFETUADA APENAS NAS EXECUÇÕES FISCAIS, COM BAIXA NA EXECUÇÃO DOS PROCESSOS REUNIDOS OU APENSADOS.

5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 - Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD		X	
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
NÃO HOUVE RECOMENDAÇÃO NA CORREIÇÃO ANTERIOR			

6.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos 814-47.2011, 1067-35.2011, 103-08.2012 e 199-23.2012, não foi utilizado o check list elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos autos, com indicação da inexistência de pendências, não tendo sido cumprida, ainda, as normas de gestão documental previstas na Resolução Administrativa nº 81/2008, no que concerne à indicação da modalidade de guarda e o respectivo prazo.
2	A Secretaria da Vara do Trabalho não registra regularmente todos os pagamentos e recolhimentos ocorridos nos autos no SAJ18, contrariando o disposto no art. 164 do PGC (processos analisados: 557-22.2011, 736-53.2011, 19-07.2012 e 613-55.2011).
3	Não expedido o ofício à SRTE, conforme determinado em sentença, no processo 809-25.2011.
4	Não são colhidos em audiência, com regularidade, os dados faltantes indicados na certidão de distribuição e inseridos no SAJ18, em desacordo com o disposto no art. 83, § 3º, do PGC (processos analisados: 809-25.2011, 1007-62.2011 e 1035-30.2011).
5	A unidade cumpre os arts. 81 e 86 do PGC, na homologação dos acordos.
6	Constatou-se nos processos RTSum-0001061-28.2011.5.18.0051, RTOrd-0001075-12.2011.5.18.0051 e RTSum-0000016-52.2012.5.18.0051, RTOrd-0001132-30.2011.5.18.0051 e RTSum-0000011-30.2012.5.18.0051, que nos acordos homologados em audiência restou convencionado que o pagamento seria realizado através de depósito na conta bancária do patrono do reclamante ou diretamente em seu escritório.
7	Não foram constatados no módulo Birô do SAJ pendências que merecessem análise mais acurada.
8	A unidade, exceto o juiz auxiliar, não cumpre a Recomendação Conjunta nº 2/GP.CGJT, de 28 de outubro de 2011, noticiada através do Ofício-Circular TRT 18ª Região GP/SGP nº 01/2012, no sentido de proceder o encaminhamento de cópia das sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria-Geral Federal.
9	A unidade adota como sistemática a prolação de sentenças líquidas, com a indicação expressa de que havendo o trânsito em julgado, seguir-se-á o prazo para pagamento ou garantia da execução, com o consequente prosseguimento em caso de inércia do devedor, nos termos do disposto no art. 161-A do PGC.

Item	Constatações
10	São sistematicamente utilizados os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e SERPRO para impulsionar as execuções, em conformidade com o art. 162 do PGC.
11	Nos processos 584-05.2011 e 344-16.2011, 882-94.2011, não constou das sentenças as orientações acerca das obrigações previdenciárias, em especial a necessidade de entrega da GFIP, em desacordo com o art. 86 do PGC.
12	A suspensão das execuções, com base no art. 40, § 1º, da Lei nº 6.830/1980, é procedida, em regra, por um prazo fixo de 01 (um) ano, sendo, em seguida, o processo remetido ao arquivo provisório por mais 02 (dois) anos.
13	Constatou-se, no processo 193-50/2011, que a unidade não inseriu no edital de citação a data de inscrição do débito no dívida ativa, ex vi do art. 9º, IV da Lei 6.830/80.
14	Verificou-se a utilização maciça dos convênios BACENJUD e RENAJUD.
15	Não obstante ter sido constatado em dois processos o cumprimento apenas parcial da norma, a unidade atende os art. 81 e 86 do PGC.
16	Execuções trabalhistas em ordem.
17	Observou-se que o incremento de 12% na quantidade de processos na fase de execução deveu-se, em grande parte, tanto à adequação do procedimento da unidade ao que determina o Ato nº 17/2011 do TST, quanto do procedimento adotado para inclusão do nome dos devedores trabalhistas no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
18	A unidade atende de forma exemplar o artigo 339 do PGC, promovendo tanto a intimação para a audiência quanto da sentença ou acordo homologado, nos processos em que figuram como parte menor ou idoso.
19	A unidade realiza corretamente o exame de admissibilidade do recurso ordinário.